

# Clube de Paris rejeita parecer do FMI

Maurício Corrêa

BRASÍLIA — O Brasil perdeu a queda de braço com o Clube de Paris. Mantido em segredo desde o início de outubro, o Conselho Monetário Nacional conhecerá, na reunião de segunda-feira, o teor da carta enviada pelo presidente do Clube de Paris, no dia 25 de setembro, ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, dando conta de que os governos dos países credores rejeitaram o parecer favorável sobre a economia brasileira, emitido pelo Fundo Monetário Internacional. O diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, já autorizou o pagamento de três parcelas em favor do Clube de Paris, com vencimentos em 31 de julho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 1987, que o Brasil pretendia reescalonar.

A reestruturação dos débitos do Brasil com o Clube de Paris, concluída no dia 20 de janeiro deste ano, regularizava os empréstimos de organismos oficiais e privados, estes com garantias oferecidas por governos. Até o final de 1986, esse endividamento somava exatos US\$ 5 bilhões 906 milhões. A negociação, entretanto, ficou condicionada ao envio, pelo diretor-gerente do FMI ao presidente do Clube de Paris, de relatório positivo da diretoria-executiva do Fundo, baseado nas consultas anuais feitas por seus auditores.

**Surpresa** — Até aí, tudo foi

Arquivo — 5/9/86



Antônio de Pádua Seixas

executado de acordo com os objetivos do governo brasileiro. A missão técnica do FMI emitiu parecer favorável sobre a economia nacional. Mas, para total surpresa do governo brasileiro, o presidente do Clube de Paris enviou carta ao minis-

tro Bresser Pereira afirmando que o teor desse parecer favorável "não satisfaz as condições relativas à reestruturação dos montantes de principal de 1987", de acordo com a convocação que o Banco Central encaminhou aos integrantes do Conselho Monetário, para a reunião de segunda-feira.

Os principais itens dos entendimentos entre o Brasil e o Clube de Paris foram o reescalonamento do principal e juros relativos a 1985 e 1986, a negociação das amortizações do principal e juros relativos a 1985 e 1986, além da negociação das amortizações do principal da dívida contratada até 31 de março de 1983, vencida no primeiro semestre deste ano. Depois da moratória com os bancos credores, em 20 de fevereiro, em consequência de vários fatores — entre eles a não abertura de crédito pelas agências oficiais, o que resultou em fluxo financeiro negativo —, o governo brasileiro manteve conversações com o Clube de Paris, no sentido de adiar o pagamento do principal a vencer neste semestre.

Como o relatório do FMI não correspondeu ao que pretendiam os governos credores ao assinar o documento *Agreed minute of the consolidation of the debt of Brazil*, em janeiro deste ano, o Brasil está desembolsando as três parcelas, atendendo ao "requerimento" feito pelo Clube de Paris, conforme deixou claro a comunicação enviada por Pádua Seixas ao CMN.